



SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

ATA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- 1.1 – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017;
- 1.2 – Leitura do Expediente;
- 1.3 – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município.

(Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1– Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09;

2.2– Discussão e votação do pedido de autorização prévia dos investimentos a financiar pelos Empréstimos de Médio e Longo Prazo, nomeadamente investimentos no setor do saneamento, no projeto CAVE de Santar, no Centro 2020 e despesas de investimento;

2.3– Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para a renegociação da dívida financeira do Município de Nelas – Artigo 101.º da Lei n.º 114/2017 de 29/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2018) – Aprovação;

2.4– Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas no setor do saneamento, nos termos do artigo 51.º e da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação;

2.5– Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas do CAVES – Centro de Arte, do Vinho e Espaço de Santar, nos termos do artigo 51.º e da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação;

2.6– Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas pelo Centro 2020, nos termos do artigo 51.º e da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação;

2.7– Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o financiamento de despesas de investimentos, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais) – Aprovação;

2.8– Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas – Projeto de alteração do artigo 4.º - revogação da alínea a) e aditamento de condição de redução do incentivo quando a criança se encontre registada noutra Concelho – Aprovação;

2.9– Direção-Geral das Autarquias Locais – Alerta precoce de desvios – N.º 1, do artigo 56.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Informação relativa ao ano de 2016 – Conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2.10– Eleição de cinco cidadãos, de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal de Segurança;

2.11– Apreciação do Relatório de avaliação da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas do ano de 2017- Conhecimento;

2.12 - Eleição de Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho para o Conselho Municipal de Educação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Ex.mo Público.

Muito boa noite.

Verificada a existência de quórum, vamos dar início a esta sessão da Assembleia Municipal com a chamada dos Senhores Deputados.

(A Senhora Segunda Secretária, Alexandra Maria Lopes Monteiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

A Senhora Segunda Secretária:

- As pessoas que faltam são: Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral, Frederico Miguel Dias Rodrigues Abrantes Garcia, Luís Manuel Abrantes Pinheiro e António Luís Roque Silva. (Veio mais tarde).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faltando quatro Senhores Deputados, estamos presentes vinte e quatro.

O Senhor Deputado Frederico Miguel Dias Rodrigues Abrantes Garcia mandou-me um e-mail a pedir a justificação da falta uma vez que a sessão é ao meio da semana e ele está na Covilhã a estudar e não tem possibilidade de estar presente.

Antes de entrar, propriamente, no Período Antes da Ordem do Dia, informar que foi enviado pelo Senhor Presidente da Câmara um pedido de inclusão de mais um ponto que é a eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.

Peço a autorização do Plenário para a inclusão deste ponto e pergunto se alguém se opõe a que o ponto seja introduzido. Ora, se não, temos mais um ponto que será o ponto 2.12 - Eleição de Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho para o Conselho Municipal de Educação.

Entrando no Período de Antes da Ordem do Dia, vou pôr à discussão e aprovação a ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017 e pergunto: Quem é que se quer pronunciar sobre esta ata?

Uma vez que ninguém se quer pronunciar, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Quanto à Leitura do Expediente, vou escusar-me de a fazer uma vez que foi endereçada a todos e ninguém pediu nenhum esclarecimento, a não ser que alguém tenha alguma dúvida e queira apresentá-la neste momento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Ofício n.º 11/2018, datado de 02 de janeiro de 2018, da Direção Geral das Autarquias Locais – Alerta precoce de desvios – Informação relativa ao ano de 2016;
- Assembleia Municipal de Odemira – Voto de Pesar;
- Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Envio de moção, enviada ao Ex.m.º Senhor Chefe da Casa Civil de Sua Ex.ª o Presidente da República;
- Ofício n.º 09/2018, datado de 09 de janeiro de 2018, da Assembleia Municipal de Viseu – Voto de Pesar – Incêndios de Outubro de 2017;
- E-mail, datado de 16 de janeiro de 2018, da Assembleia Municipal da Guarda – Moção de apoio ao “Movimento pelo Interior – em nome da coesão”;
- E-mail, datado de 31 de janeiro de 2018, da CPCJ – Envio de Relatório de Atividades da CPCJ de Nelas 2017;
- Carta do Senhor Bispo D. Ilídio Pinto Leandro a agradecer o Voto de Louvor;
- Ofício n.º 46, datado de 31/01/2018, da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Envio do livro “Um dia feliz em Família”;
- Ofício n.º 58, datado de 01/02/2018, da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Composição da CPCJ de Nelas 2018-2021;
- Exemplar do jornal “Voz das Misericórdias”;
- E-mail da Ex-Senhora Presidente da CPCJ de Nelas – Agradece Voto de Louvor;
- Pergunta do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, da Assembleia da República – Parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017;
- Ofício n.º 1303, datado de 12 de fevereiro de 2018, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para esta sessão da Assembleia Municipal;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 17/2017, datada de 27 de dezembro de 2017, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 22 de dezembro de 2017;
- E-mail, enviado à Senhora Presidente da CPCJ, de Nelas, enviando os nomes dos 4 Municípios, designados pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017, para a composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Nelas;
- Ofício n.º 01/18, datado de 23 de janeiro de 2018, enviado à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas, enviando um Voto de Louvor, aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 22 de dezembro de 2017;
- Ofício n.º 02/18, datado de 23 de janeiro de 2018, enviado ao Senhor D. Ilídio Pinto Leandro, enviando um Voto de Louvor, aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 22 de dezembro de 2017;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ofício n.º 03/18, datado de 23 de janeiro de 2018, enviado aos Senhores Chefe do Agrupamento n.º 578, dos Escuteiros de Nelas; Chefe do Agrupamento n.º 604, dos Escuteiros de Canas de Senhorim; Presidentes das Direções das Associações Humanitárias de Nelas e de Canas de Senhorim; Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Núcleo de Santar; Presidente da Unidade de Saúde Familiar Estrela do Dão, Presidente da Extensão de Saúde de Canas de Senhorim; Diretora do Agrupamento de Escolas de Nelas e Gerente da Firma Meu Super, de Canas de Senhorim; Dr.ª Isabel Videira Lopes, da Farmácia Albino Pais, Diretor Técnico da Farmácia Misericórdia; Diretor Técnico da Farmácia Faure, enviando uma Moção, aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 22 de dezembro de 2017;

- Ofício n.º 04/2018, datado de 15 de fevereiro de 2018, enviado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não havendo, vou passar ao ponto 1.3 – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia” de interesse para o Município.

Tenho aqui um Voto de Louvor e um Voto de Pesar, que foram entregues pelo Grupo Parlamentar do PS, mas, pelo que percebi, estão abertos a quem os quiser subscrever.

O Voto de Pesar é pelo falecimento do Senhor Silva. Não sei se alguém quer acrescentar alguma coisa, ou se depois de eu o ler, se querem fazer alguma alteração.

VOTO DE PESAR

A Assembleia Municipal de Nelas na sua reunião ordinária de 28/02/2018 decidiu aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Marques Pereira da Silva, residente em Carvalhal Redondo, munícipe ilustre e respeitado que contribuiu na sua vida cívica para o desenvolvimento do Concelho de Nelas e das suas freguesias e comunidades, objectivo por que sempre lutou, em especial quando exerceu funções de Vereador da Câmara Municipal integrando o Executivo Municipal em três mandatos distintos, bem como quando foi Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

Nelas, 28 de fevereiro de 2018.

Pergunto, se alguém quer fazer alguma consideração. Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Boa noite a todos,
à Mesa,
aos Senhores Vereadores,
ao Senhor Presidente da Câmara,
aos Colegas de Bancada
e a todos os Membros desta Assembleia,
e Público.

Eu conheci o Senhor Silva quando vim trabalhar para Nelas, tinha um ano de bancário. Ele foi meu Chefe muitos anos. Depois eu segui o meu caminho, ele continuou o dele, logicamente.

O principal que recordo dele, não tanto o Homem Político, que lembro, evidentemente, era a pessoa simples, dedicada, sem vaidade e é curioso que era, precisamente, esse defeito que alguns lhe punham, é vaidoso com a sua pessoa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, claro, um Homem que podia, eu disse isto há dias junto a uns amigos e vou repetir, um Homem que podia ter um Mercedes e andava num carro que qualquer pessoa tem. Se não tivesse um bocadinho de vaidade em si próprio, se calhar não tinha vaidade em nada.

Mas essa vaidade nunca lhe serviu para se sentir superior aos outros, para se mostrar superior aos outros, para desdenhar dos outros, fossem a pessoa mais humilde, ou a pessoa mais ilustre no meio.

E, por isso, uma vez que, de facto, ninguém lhe dava duas palavras, além da moção que eu louvo, eu queria deixar esta homenagem à Família e a todos. Ele, de facto, era uma pessoa especial.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. O Voto de Pesar, vou pô-lo à votação em nome da Assembleia Municipal, é assim que ele está redigido, da Assembleia Municipal de Nelas.

Portanto, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Proponho, de seguida, um minuto de silêncio em memória do Senhor Silva.

(Foi feito um minuto de silêncio.)

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito obrigado. Vamos então dar continuidade a esta sessão da Assembleia. Tenho aqui um Voto de Louvor, mas agradecia que o Senhor Deputado Sousa o lesse.

O Senhor Deputado António Sousa:

VOTO DE LOUVOR

A Assembleia Municipal de Nelas na sua sessão ordinária de 28/02/2018 decidiu aprovar um Voto de Louvor ao Município André Henriques Nunes Coelho pelo feito notável de, integrando a Seleção Nacional de Futsal, se ter tornado Campeão Europeu de Futsal.

O André Coelho, que iniciou a sua formação desportiva no ABC de Nelas, foi internacional em todos os escalões de formação, desde os Sub 18, passando pelos Sub 20 e Sub21 e graças à sua perseverança, trabalho, dedicação e talento chegou à Seleção Nacional e tornou-se um dos Campeões Europeus de Futsal.

É um feito inolvidável e que não está ao alcance de todos.

Que o seu feito sirva de exemplo a todos os Jovens do Concelho, não só no domínio desportivo, mas em todas as áreas.

Nelas, 28 de fevereiro de 2018.

Eu quero dizer que este texto não é um texto fechado, se alguém depois quiser acrescentar, ou modificar alguma coisa, podemos no fim de votar, fazer alguma alteração se alguém entender.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Portanto, se calhar, o melhor é passarmos já a tratar este Voto de Louvor e pergunto, se alguém quer usar da palavra neste ponto?

Ora, se ninguém quer usar da palavra neste ponto, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? O Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, agora, pergunto, se algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? A Senhora Deputada Maria João já me tinha pedido porque tinha uma Recomendação a fazer. Portanto, Senhores Deputados, Maria João Ribeiro, Manuel Henriques e Teresa Pinto. Maria João, faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados,

E Público.

Venho apresentar uma Proposta de Recomendação para submeter a votação sobre a Associação SOS Animais de Nelas.

Esta Associação tem feito um trabalho meritório para a comunidade, protegendo e acolhendo os animais como seres vivos que são e dotados de sensibilidade de acordo com o recente estatuto jurídico, fruto de uma sociedade moderna, valores com os quais nos identificamos.

Consequentemente do seu trabalho, usufruímos, enquanto munícipes, de segurança nas ruas porquanto podemos circular, fazer caminhadas e passeios pedestres sem que sejamos atacados por cães vadios, por vezes ferozes, ou simplesmente a nossa sensibilidade incomodada por animais doentes, com feridas expostas, ou outros males com possibilidade de afectação da saúde humana. Já não falando dos perigos de acidente para a circulação rodoviária, bicicletas, carros, etc.

Esta responsabilidade civil de saúde e segurança pública cabe às autoridades, inserindo-se nestas, a Câmara Municipal e as Câmaras Municipais no geral.

Ora, a Câmara Municipal de Nelas não dispõe de um canil municipal pelo que, assegura a SOS Animais parte do trabalho daquela instituição com a acrescentada mais-valia de proporcionar aos animais ao seu cuidado, qualidade de vida, bichos com mazelas de maus tratos, tornando-os dóceis, possíveis de acolher e serem adotados por famílias como animais de estimação.

É conhecido o apoio monetário de 1.000,00 euros, a dispensa de instalações junto ao Veterinário Municipal, na Quinta da Cerca e algumas obras já realizadas pela Câmara Municipal. Todavia, esta colaboração é manifestamente insuficiente. O que são mil euros anuais para tratar cerca de 40 animais (400 é o número de salvamento que já fizeram nestes 4 anos de atividade), alimentação e acima de tudo tratamentos, pois podemos imaginar o estado fragilizado de cães abandonados. As instalações, junto ao Veterinário Municipal, utilizadas para recobro de animais, serão impossíveis de manter face ao incómodo sentido pelos habitantes locais, veja-se a recente queixa resultando numa notificação à SOS Animais de Nelas, pelo Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente – GNR, Delegação de Mangualde, tendo ficado aquela Associação proibida de acolher mais animais e incorrendo na aplicação de coima, certamente sem condições para a pagar.

Ora, a Câmara Municipal de Nelas tem serviços veterinários e dispõe de instalações. A possibilidade de aumentar o seu apoio carecerá de uma organização daqueles serviços adequando-os às necessidades da SOS que incluam emergências, por exemplo, e obras nas instalações que não perturbem o bem-estar dos munícipes, mas que dê condições aos animais, quer doentes, quer em adaptação para sociabilização e para os saudáveis a aguardarem adoção. A Câmara dispõe de meios humanos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

materiais que possibilitam estas melhorias sem incorrer em grandes custos para a Autarquia, haja assim vontade!

Por fim, mas não menos importante, trata-se de uma associação de voluntários logo, com atos de responsabilidade de cidadania que todos devemos louvar pela construção de um modelo de sociedade civil mais interventiva e participativa que assim contribuem para o desenvolvimento, à semelhança das nações desenvolvidas. Fazem parte dos associados jovens que se mobilizam para trabalhos mais esforçados, de todo, fora do conforto do dia-a-dia, que caracterizam a forma de estar da juventude atual, que lhe favorecem a oportunidade de desenvolverem os valores de praticar o bem sem retorno, da organização e trabalho em equipa, da valorização social para além do individualismo. O desenvolvimento das raízes à terra não fica aqui alheio e serão intervenções na nossa sociedade de natureza semelhante, que também concorrem para a fixação dos nossos jovens ou, pelo menos, para a sua assiduidade com participação ativa que tanto o Interior precisa.

Por todo o exposto, deve a Câmara Municipal dar o exemplo de apoio a todas as iniciativas salutareas como o da Associação SOS Animais de Nelas, fomentando o seu trabalho e fazendo com que perdure no tempo.

Assim, o Grupo Político Social Democrata – PSD recomenda à Câmara Municipal através do voto desta Assembleia Municipal, que encete os procedimentos que se afigurem necessários às condições de melhoria dos trabalhos da Associação SOS Animais de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Alguém quer fazer algum comentário a esta proposta?

Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras Secretárias da Mesa,

Senhores Deputados da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhora Vice-Presidente,

Senhores Vereadores,

Respeitável Público.

É uma feliz coincidência. Efetivamente, o tema desta moção também era para ser trazido por nós aqui. Eu subscrevo-a 100%, 101%, o que a Eng.^a Maria João aqui apresentou, que é a proposta do PSD.

Queria apenas destacar alguns pontos um bocadinho a negrito, vou-lhe chamar assim. Acho que a SOS Animais é uma associação que nos merece a mais elevada consideração e demonstra na sua própria existência que temos uma sociedade muito ativa no Concelho de Nelas, que se organiza, obviamente, em colaboração com o poder político, para uma atividade social da maior importância.

É justo sublinhar que já foi o Senhor Presidente da Câmara que também esteve ligado, ou abençoou também um pouco esta associação nos seus primórdios, em 2013, quando ela se constituiu e quando ela arranjou instalações em terrenos públicos. De todo o modo, isto como o ótimo é inimigo do bom, é sempre possível melhorar.

Há problemas de lixos, há problemas de esgotos, há um Orçamento curto, há uma associação que se substitui à Câmara Municipal e eu penso que se levássemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

daqui hoje um compromisso com a aprovação da moção anterior, de algum reforço, dentro das possibilidades da Câmara dos meios à disponibilidade da associação seria, de facto consensual e unânime que estaria ao alcance do Município de Nelas fazê-lo.

Eu, pessoalmente, tenho bastante orgulho de ser Deputado Municipal num Município em que existe uma Associação como a SOS Animais de Nelas. De todo o modo, obviamente que votarei a 101% a proposta anterior do PSD.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Aproveitava para informar que já chegou, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, portanto, neste momento, passamos a estar vinte e cinco elementos nesta Assembleia.

Alguém mais quer usar da palavra em relação à Recomendação da Senhora Deputada Maria João?

Então, se não, eu vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? A Recomendação foi aprovada por unanimidade.

Senhora Deputada Teresa, faça favor.

A Senhora Deputada Teresa Pinto:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Membros da Assembleia Municipal,

E Digníssimo Público.

Antes de mais, queria agradecer a homenagem prestada ao meu pai por todos vocês.

De seguida, queria apresentar uma Moção sobre a Estrada Nacional n.º 234, que poderá também ser subscrita por todos se acharem conveniente. E vou lê-la de seguida.

MOÇÃO

POR UMA ESTRADA (EN 234) SEGURA

A Estrada Nacional n.º 234, que atravessa o Concelho de Nelas, é uma via de intenso tráfego, por onde circulam diariamente muitas centenas de veículos ligeiros e pesados de mercadorias.

Entre Canas de Senhorim e Nelas, a zona de Valinhos (Urgeiriça) é de há muito, ponto de grande sinistralidade e a Zona Industrial do Chão do Pisco apresenta potencial risco pelo elevado movimento de entradas e saídas de viaturas ligeiras e pesadas.

Na zona dos Valinhos os acidentes são recorrentes, muitos de grande gravidade, com dramas humanos e elevados prejuízos sociais e económicos causados a cidadãos e empresas. É um troço muito perigoso para as muitas centenas de utentes que diariamente circulam na via, que continua a registar aumento do seu tráfego.

É inaceitável a inércia da entidade gestora da via (Infraestruturas de Portugal). Apesar das reclamações recorrentes das Autarquias do Concelho de Nelas (Assembleia e Câmara Municipal de Nelas e Assembleias e Juntas de Freguesia de Nelas, Canas de Senhorim e Lapa do Lobo), e dos cidadãos, muito pouco se fez no sentido de pôr cobro definitivo a esta grave situação de insegurança para as pessoas e bens que as mencionadas situações oferecem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Sem prejuízo da desejável conclusão do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde, é urgente uma intervenção estrutural com vista a solucionar os problemas referenciados.

A Assembleia Municipal de Nelas, na sua sessão pública de 28 de fevereiro de 2018, delibera:

- Reclamar do Governo e das Infraestruturas de Portugal uma intervenção estrutural no troço da Estrada Nacional n.º 234 entre Canas de Senhorim e Nelas com vista à urgente e definitiva resolução dos graves problemas de insegurança rodoviária enunciados.

- Recomendar ao Senhor Presidente da Câmara e à Câmara Municipal que seja feito o adequado acompanhamento deste assunto junto das entidades supracitadas, no sentido da sua rápida e boa prossecução.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Alguém quer usar da palavra neste ponto?

Senhor Deputado Sousa, faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Apenas para referir que nós subscrevemos inteiramente o que referem. Penso que não está na moção, que devia ser enviada também ao respetivo Ministério e às Estradas de Portugal a mesma para que eles tomem a devida atenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ela está endereçada pelo Grupo Parlamentar do MCCD. Não sei se querem? Subscrevem todos? Então, passa a ser – Assembleia Municipal.

Então, com esta alteração, pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Pergunto, se alguém mais quer usar da palavra? Mais alguém? Agradeço que o façam agora. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Boa noite.

Dispensando os cumprimentos já feitos há pouco, como oportunidade da Assembleia Municipal também fazer um balanço do período antecedente, havia algumas questões que queria abordar, umas para agradecer e louvar, outras para chamar à atenção, outras para questionar o Senhor Presidente da Câmara, ou a Vereação.

Em primeiro lugar, agradecer o trabalho, muito bem conseguido, das nossas quatro Associações de Carnaval, nesta festividade que passou agora na meada do mês de fevereiro, um Carnaval com muito sucesso e com muitos visitantes, felizmente, não obstante as intempéries que foram assolando aqui o Concelho e a Região nesta altura.

Agradecer, também, o trabalho do Executivo nesta matéria, quer do Senhor Presidente, quer do Senhor Vereador Aires dos Santos, em intervenções públicas que, no fundo, elevaram a condição de grande evento e de grande cartaz cultural que é o Carnaval em Canas de Senhorim e em Nelas.

Agradecer, também, a simpatia do Senhor Vereador Aires dos Santos que, numa situação em que eu, publicamente, alertava para uma má conservação de uns azulejos, a cargo da empresa pública respetiva, a antiga REFER, o Senhor Vereador Aires dos Santos deu-me conhecimento do que a Câmara já está a fazer no sentido de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

salvaguardar esse património, que muito agradeço. Prova também do seu empenho e competência nas funções que lhe estão atribuídas.

Depois, louvar aqui e dar os parabéns aos dois Agrupamentos Escolares do Concelho de Nelas pelos bons resultados obtidos nos rankings nacionais. É certo que os rankings nacionais não são tudo, são apenas um indicador variável que muda de ano para ano, mas não deixa de ser significativo termos duas Escolas entre as 150 melhores Escolas a nível nacional, é de louvar e parabenizar Funcionários, Professores e Alunos, por estes resultados conseguidos.

A propósito disto, aproveito também, no fundo, para fazer um Voto de Pesar pelo Senhor Professor João Pina, de Canas de Senhorim, Professor de Matemática, ligado também, muito especialmente, aos muitos bons resultados a Matemática que os Alunos do Agrupamento de Canas de Senhorim tiveram. Eu, como Ex-Aluno, ficaria mal se não o lembrasse aqui. E está feito.

Depois, tenho aqui uma questão que gostaria de ver respondida pelo Executivo a propósito da aquisição dos ex-terrenos da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos. Que estaria, em curso a negociação com a Caixa Geral de Depósitos para a aquisição desses terrenos. Eu acredito que o processo possa estar bem encaminhado, mas gostaria de saber, efetivamente, qual é a situação, vou-lhe chamar assim, jurídica dessa aquisição para o Município.

Depois, uns assuntos menos agradáveis. O Senhor João Pereira da Área Educativa. Eu gostava de obter um esclarecimento, se fosse possível, não sei se da Senhora Vice-Presidente, se do Senhor Presidente, sobre a situação em concreto desse trabalhador. É-me referido, de forma muito sustentada, confesso, muito bem argumentada, uma situação complicada de conflito com outra Colaboradora da Câmara Municipal.

Sobre isso eu não vou ter opinião. Isso são questões administrativas da Câmara. Eu peço a opinião, no fundo, aos políticos, a quem os eleitores confiaram a direção política do Município, que me explicassem, o que é que se passa? Porque uma pessoa tida como muito válida, um excelente Trabalhador, supostamente por não ter acedido, num cenário de igualdade, equidade, à entrada de um familiar de uma pessoa que colabora na Câmara numa determinada atividade terá sido, digamos, posto na prateleira, como se diz na gíria.

Não sei se foi assim, se não foi. Confesso que falei com o João hoje. Já tinha ouvido uns zunzuns, uns comentários nas redes sociais, mas isso não era substancial. Mas, de qualquer forma, fico um pouco chateado com estas situações que espero que se esclareçam e se resolvam porque, facilmente, nos pomos no lugar do Senhor João.

E, acredito que, estando uma Câmara de maioria socialista deve haver sensibilidade também para estes temas de uma forma muito especial.

Depois, também gostava de obter um esclarecimento do Executivo a propósito de uma situação que me constou, que eu queria ver confirmada, ou não, até preferia não ver confirmada, da existência de vários Colaboradores da Câmara Municipal em regime de prestação de serviços, com contratos de 15 horas, 18 horas, mas que, efetivamente, exercem 35 horas.

Eu não sei se é assim. Isto é um pedido de esclarecimentos. Não é nenhum inquérito, nem nenhuma acusação, mas é uma situação particularmente importante. O direito ao trabalho dos trabalhadores é uma matéria muito importante. A maior parte de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

nós aqui somos trabalhadores e, como costume dizer, facilmente, nos pomos no lugar dessas pessoas. Agradecia, então, depois, se possível, esclarecimentos sobre esta matéria.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Da sua intervenção eu retiro, em primeiro lugar, o Voto de Pesar referente ao Senhor Professor Pina.

E, aproveito para pôr à votação esse Voto de Pesar, pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Pedia ao Senhor Deputado para me endereçar depois o Voto de Pesar.

Vamos, então, passar a palavra ao Senhor Presidente, ou à Senhora Vice-Presidente para, se quiserem, dar algum esclarecimento às perguntas do Senhor Deputado.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara:

- Muito boa noite a todos.

Senhor Deputado, das duas situações reportadas, em relação à primeira, do João, não há qualquer tipo, nem de desconsideração, nem de tratamento injusto em relação ao Senhor Professor João. Ele concorreu ao horário disponível das AEC,s para Inglês e é esse o serviço que ele está a cumprir.

Qualquer tipo, digamos, de indisposição que ele tenha relatado, é mesmo indisposição. Não há qualquer tratamento injusto, nem sequer as dúvidas que ele lhe possa ter prestado e que, de alguma maneira, levaram à exposição preocupada que nos apresentou. Não tem o menor fundamento, acredite.

Relativamente à segunda questão, estamos a falar dos profissionais, dos professores das AEC, e dos Professores do Desporto, a quem é feito uma Adenda ao Contrato, perfeitamente regular e legal. E essa Adenda é realizada com eles logo no início do ano, com o Departamento dos Recursos Humanos e se o Senhor Presidente entender necessário eu presto essas informações meramente administrativas, que o são.

É uma Adenda a um Contrato de Trabalho que é feito com os Professores das AEC, que, após concorrerem aos horários que estão disponibilizados na plataforma, é-lhe proposto completar o horário de serviço para o conjunto de funções que desempenham na Autarquia para além das AEC,s, nomeadamente, nos projetos de Desporto com as Escolas desde o Pré-Escolar, nomeadamente nos projetos dos Serviços Educativos que temos, também em parceria com a Escola Municipal de Música, também em parceria com a Universidade Sénior.

E, portanto, são situações perfeitamente regulares, mas que, naturalmente, em qualquer altura, poderemos até trazer, inclusivamente, esses processos de contratação para consultar, está bem?

Obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Vice-Presidente. Não sei se está esclarecido? Está?

Não estando mais ninguém inscrito no Período de Antes da Ordem da Dia vamos passar ao Período da Ordem do Dia com a informação do Senhor Presidente da Câmara.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal em 22 de Dezembro de 2017 até à data de 28 de Fevereiro de 2018, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento

Nomeadamente:

○ Arranjos e reparações diversas nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Concelho;

○ Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;

○ Limpeza dos recintos exteriores das escolas do Concelho;

○ Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

○ Manutenção/abertura de caminhos florestais e agrícolas;

○ Continuação das obras de ampliação do cemitério de Vilar Seco;

○ Continuação do programa urbanístico de protecção de pessoas e bens em todas as freguesias;

○ Continuação das obras da Loja do Cidadão em Nelas no edifício onde actualmente se encontra instalado o ABC;

○ Construção de muros e passeios na Avenida Vasco da Gama, em Carvalhal Redondo;

○ Construção de passeios na Avenida Carlos Afonso Paiva, em Carvalhal Redondo;

○ Continuação das obras de ampliação do cemitério de Senhorim e respectivo parque de estacionamento;

Investimento de 220 mil euros na execução em curso do Cadastro Informático das Redes de Água e Saneamento em todas as freguesias;

○ Continuação das obras de ampliação do cemitério do Folhadal;

○ Cemitério Novo de Canas de Senhorim;

○ Construção de muros e passeios à entrada da Lapa do Lobo;

○ Construção de muros e passeios na Estrada Santar/Carvalhal Redondo;

○ Continuação das obras da Etar III de Nelas e Sistema Interceptor;

○ Requalificação dos passeios na Avenida 25 de Abril, entre Casal Sancho e Santar em cooperação com a União de Freguesias Santar-Moreira;

○ Requalificação urbana do Bairro da Feira, em Nelas;

○ Construção do parque urbano da Aguieira por iniciativa da União de Freguesias Carvalhal- Aguieira com o apoio da Câmara Municipal de Nelas;

○ Continuação da requalificação urbana do Pêro Cabeço em Casal Sancho;

○ Prolongamento de remais de água e saneamento;

○ Continuação das ETAR'S de Santar I, Santar II, Moreira, Lapa do Lobo, Aguieira/Carvalhal Redondo, Vilar Seco,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Endesa, continuação das obras na EM Moreira-Nelas em Moreira, Rua do Castelão-Lapa do Lobo, Avenida da Soma, Santar e variante da Agueira;
- Alargamento e construção de muros na Avenida do Farol, em Canas de Senhorim.
- Procedeu-se a poda de árvores no concelho.
- Trabalhos de captação de água no rio Dão, nas Fontanheiras;
- Reparação e colocação de sinalização vertical no concelho.
- Águas pluviais na Rua do Paraíso-Pisão e Rua das Carrancas, Agueira;
- Requalificação do largo do Eirô em Moreira em cooperação com a UF Santar Moreira;
- Demolição parcial ou total de várias habitações no concelho em risco de ruína.
- Abate de várias árvores em risco de queda.
- Recolha e distribuição de vários bens às pessoas afectadas pelo incêndio;
- Recolha e distribuição de alimentação para animais;
- Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais nas localidades afectadas pelo incêndio.
- Construção de vedações para animais;
- Aquisição de habitações para requalificação/integração no espaço público.
- Requalificação do Largo da Estação em Nelas no âmbito da PARU
- Requalificação da Escola do 1º CEB de Carvalhal Redondo
- Requalificação da Escola do 1º CEB de Santar
- Requalificação da Escola do 1º CEB de Vilar Seco
- Requalificação das Piscinas Municipais Cobertas – Substituição de Equipamentos;
- Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infra-estruturas;
- B) Informação sobre educação, cultura, desporto e serviço social:
Nomeadamente:
 - Atribuição de incentivos a natalidade, foram instruídos 12 processos.
 - Deslocação do Serviço Municipal de Apoio à economia Social às instituições de Protecção de Crianças, Internato Viseense Santa Teresinha e Confraria de Santo António para entrega de donativos recolhidos durante o Mercado de Natal;
 - Apoio logístico na recepção do programa da RTP em directo na Póvoa de S.º António para dar a conhecer as tradições natalícias no concelho;
 - Exposição Fotográfica “Diversidade no Feminino/ We Can All do It” baseado em relatos reais de homens e mulheres sobre igualdade de género, patente na Biblioteca Municipal,
 - Realização do Concerto de Ano Novo no Cineteatro Municipal de Nelas;
 - Comemorações do Dia de Reis nas IPSS’s do concelho com a presença do Coro da Universidade Sénior de Nelas;
 - Recepção ao grupo de seniores do Centro Paroquial de Canas de Senhorim para os cantares das janeiras na Câmara Municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Organização da conferência “Não há pequenas nem grandes importâncias, há importâncias” em Canas de Senhorim, com a jornalista Maria José Afonso;
 - Cantares das janeiras pelos alunos do Centro Escolar de Nelas nos Paços do Concelho;
 - Participação do coro da universidade sénior no 5º simpósio “Saber Envelhecer: Um desafio Emergente” na Escola Superior de Saúde de Viseu
 - Participação dos alunos da Escola Municipal de Natação de Nelas na prova do Circuito Municipal de Escolas de Natação em Aguiar da Beira;
 - Programa em directo de Canas de Senhorim “Aqui Portugal” no âmbito da festa de S. Sebastião;
 - Apresentação da peça de teatro “Os Três Reis Magos” pelos alunos do 1º da EB de Santar aos utentes do centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Santar;
 - Reabertura ao Público das Piscinas Municipais Cobertas,
 - Assinatura de protocolos entre os Agrupamentos de Escolas e o Município de Nelas num valor superior a 30.000,00€;
 - Apoio logístico na realização do Carnaval Infantil em Canas de Senhorim e Nelas;
 - Realização das habituais tradições carnavalescas em Nelas e Canas de Senhorim organizadas pelas respectivas associações locais;
 - Comemoração dos 20 anos de abertura da Piscina Municipal Coberta com a presença do Secretário de Estado da Juventude e Desporto;
 - Início das sessões de formação do Centro QUALIFICA em Nelas para concluir o 4º, 6º, 9º e 12º anos;
 - Participação dos alunos da Escola Municipal de Natação de Nelas na prova do Circuito Municipal de Escolas de Natação em Penalva do Castelo;
 - Início do projecto de Itinerância da Universidade Sénior às Freguesias do concelho;
 - Início do Curso de Especialização Tecnológico, Técnico Especialista em Comercio Internacional, nível 5;
 - Organização do 5º Seminário de Empreendedorismo “Economia e Território: Mais e Melhor Emprego” que contou com a presença do Ministro da Economia, Dr. Manuel Caldeira Cabral;
- C) Informação administrativa, financeira, recursos humanos e saúde:
Dados à data de 31 de Janeiro de 2018
- a) A dívida de médio e longo prazo foi de 9.403 090.04 €;
 - b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 1.599 986.37 €;
 - c) Os fundos disponíveis para Janeiro de 2018: 489 766.15 €;
- O Senhor Presidente da Assembleia:*
- A informação foi endereçada, por escrito, a todos. O Senhor Presidente quer dizer alguma coisa agora, ou aguarda pelas perguntas? Quer usar da palavra? Faça favor Senhor Presidente.
- O Senhor Presidente da Câmara:*
Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia,
a Mesa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

os Membros da Assembleia,
os Senhores Vereadores,
todos os presentes.

Acrescentar, à informação que foi distribuída à Assembleia Municipal, uma situação que se prende com algumas questões que foram levantadas anteriormente, que é o processo da precariedade, em termos laborais, nalguns setores da Câmara Municipal e que tem sido, fruto da publicação da Lei, designada de integração de precários, no início deste ano.

Informar que está a ser feito um estudo na Câmara Municipal no sentido de apurar o que é que são necessidades permanentes da Câmara. Também está a ser feito um estudo económico-financeiro que sustente a quantidade do que temos de considerar como necessidades permanentes do Município.

Foi feito um estudo inicial que implicava um aumento substancial da despesa com o Pessoal. Por isso temos sido particularmente cautelosos neste ano em que vai haver uma baixa de $\frac{1}{3}$ numa receita própria importante como é o IMI. Temos sido cautelosos relativamente a esta matéria.

Agora, não deixaremos de fazer isso, proximamente, no sentido de verificar quais são mesmo as necessidades absolutamente necessárias no Município para integrar e para resolver algumas situações de precariedade, algumas delas duram há muitos anos e estamos a falar de alguns prestadores de serviços, estamos a falar também de alguns CEI's de que se tem feito um rolamento entre a Câmara Municipal, algumas Associações, algumas Juntas de Freguesia e, portanto, vamos tentar dotar todos os setores de alguma estabilidade em termos de diminuir a precariedade.

Acrescentar também que, em termos de uma matéria que é também extremamente importante e deixava esta oportunidade para todos os Senhores Membros da Assembleia e para todas as pessoas que estão aqui na Assembleia que é, de facto, um desígnio nacional, assumida por todas as entidades envolvidas, que são as ações de prevenção dos fogos florestais.

O Município de Nelas, além de ações concretas, que estão em algumas Freguesias já em curso, atuou logo depois dos incêndios, seja com o abate de árvores em perigo, seja agora, mais recentemente, com o alargamento da rede de caminhos agrícolas e florestais, seja com a sensibilização, com a distribuição de um panfleto, seja com as iniciativas que vão ter lugar na semana que vem, particularmente, também com a proximidade dos Senhores Presidentes de Junta, sensibilização para que o máximo de munícipes realizem as ações de gestão das faixas da rede secundária, a denominada rede secundária de gestão de combustíveis.

Até ao dia 15 de março essa gestão tem de ser feita, como sabem. Foram publicadas também, em termos de Autarcas, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia já estão sensibilizados, mas também todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal, próximos, como são dos Municípios, com a confiança que lhes foi transmitida, também dizer que contamos com todos no sentido de minorar aquilo que vai ter um impacto financeiro muito importante em termos da Câmara Municipal, que é a obrigação até 31 de maio de limpar 50 metros no caso de não ter sido feita, por parte dos proprietários, 50 metros em redor das habitações isoladas, 100 metros em redor dos aglomerados populacionais. No Município de Nelas temos 33 localidades, 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

zonas industriais e, portanto, estamos a falar à volta de 1.000 hectares que é necessário limpar.

Portanto, a todos os proprietários, com a sensibilização de todos, que consigam diminuir esta carga de 1.000 hectares para limpar, mais aquilo que a Câmara Municipal tem que fazer e já anda a fazer, que são os 10 metros para cada lado da rede viária municipal, que são à volta de 200 hectares, estamos a falar num encargo que é imperioso que todos possamos ajudar no sentido de diminuir aquilo que constitui à volta de um milhão de euros de encargos para esta limpeza no caso de todos os proprietários e das contas que estão feitas não o fazerem. Mas, nem que seja metade, estamos a falar de uma verba superior a 500.000,00 euros.

E, portanto, temos feito tudo o que está ao nosso alcance, pedíamos o envolvimento de todos no sentido de nos ajudarem, ajudarem o Município, ajudarem as Comunidades, a que as calamidades, como aquelas que aconteceram muito recentemente, não se voltem a repetir no Município.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

O Senhor Deputado Manuel Henriques quer fazer uma pergunta? Faça favor. Está a pedir um esclarecimento. O Senhor Deputado Manuel Henriques pôs uma questão sobre os terrenos da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos. Está a pedir se o Senhor Presidente pode dar algum esclarecimento.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Relativamente aos terrenos da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos há quem diga, houve quem dissesse nesse período de especial ebulição de campanha eleitoral que era verdade que havia uma proposta de compra por parte da Câmara Municipal relativamente à Caixa Leasing e Factoring e houve também quem dissesse nessa altura que era mentira.

Portanto, se eu ficasse pela mentira não respondia ao Senhor Dr. Manuel Henriques porque a mentira não tem que se desmentir. Agora, porque era verdade, a Câmara Municipal, de facto, tem o compromisso de, por todos os meios, tentar resolver a questão dos 13 hectares, 14 hectares da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos.

Como sabe, é propriedade da Caixa Leasing e Factoring. Foi prorrogado o prazo de aquisição até ao final de março. A Câmara fez uma proposta de aquisição da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos nas condições que se viessem a revelar vantajosas para o Município, ou seja, era necessário que houvesse também por parte das entidades com responsabilidade na recuperação do passivo ambiental e que, em primeiro lugar é o proprietário que é a Caixa Leasing e Factoring, que tem um processo prévio de contraordenação por parte da CCDR, mas também o PO SEUR em termos de passivo ambiental, o próprio Ministério da Economia, um auxílio. Comprar é uma coisa, nós tentamos também reabilitar aquele espaço.

Seja como for, o ponto da situação, neste momento, é que está pedida uma proposta, uma simulação de um contrato leasing no sentido de honrar aquilo que é a vontade da Câmara, do Presidente de Câmara e também das Comunidades e das populações e, portanto, que é, de facto, restaurar o brilho daquela envolvente de Canas de Senhorim e, portanto, tudo faremos na Câmara Municipal no sentido de adquirir os terrenos e os edifícios da antiga Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos, de os requalificar e de os devolver à Comunidade, particularmente, Comunidade Empresarial,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

porque aquilo é área de acolhimento empresarial, no sentido de lá serem desenvolvidas atividades.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Está esclarecido, Senhor Deputado? Senhora Deputada Maria João, quer usar da palavra? Faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Só gostava de deixar aqui à reflexão da Câmara Municipal também em relação às questões da falta de água, em relação à escassez da água, agora chove muito, felizmente, ontem e hoje e assim acontece, mas também, isto é, de certeza, resultado das alterações climáticas.

Portanto, até segunda-feira, pelo menos, tivemos um inverno bastante seco e está aqui na Ordem do Dia a situação de todos começarmos a reeducar-nos, a tomar outros hábitos, nomeadamente no consumo da água todos em casa e, pronto, deixo aqui também a reflexão em termos da Câmara.

Na semana passada apercebi-me de regas de jardins, rotundas, pelos camiões cisterna. Tem que ser porque não há água, portanto, é lamentável que em fevereiro temos que regar as flores. Mas isso, deixava aqui a reflexão no sentido de verem, eu, disso não percebo nada, é certo, mas, se calhar, está na altura de começar a reflectir nos nossos jardins, nas rotundas, no embelezamento. Eu não quero dizer que se deva cimentar, não quero dizer que deixe de haver jardins, mas, se calhar, de repensar o tipo de flor, ou o tipo de planta que consuma menos água. Portanto, deixava essa reflexão.

Um alerta também, que me foi comunicado, o depósito de Algerás tem um corrimento de água. Eu não sei se aquilo é normal, se não é, o que é certo é que a água está a correr, que não está a ser aproveitada e que depois, se quiserem, ou durante a semana, poderemos ir lá e poderei falar-vos disso. Mas deixava aqui essa recomendação também para verificarem o que é que é possível fazerem e se aquilo é um problema, ou não. Era isto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada. Só alertá-la que esta intervenção devia ter sido feita no Período de Antes da Ordem do Dia para ser respondida.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Mais uma vez, boa noite.

O que eu queria notar é o motivo de preocupação. Eu, é uma situação que é supramunicipal, acharmos que o problema da água se resolve no Concelho de Nelas, ou no de Nelas e no de Mangualde, ou de Viseu, é uma ilusão. Não se resolve.

Agora, o que me preocupa, foi ler no Jornal do Centro as declarações do Senhor Ministro do Ambiente, que me deixaram muito preocupado porque, primeiro, coloca de parte qualquer tipo de investimento que aumente a nossa segurança em recursos hídricos para situações de emergência.

Em segundo lugar, afasta, completamente, a possibilidade, parece-me a mim, bem sustentada do Município de Viseu, do desassoreamento de Fagilde. E nós, o que é que pensamos? Pensamos que, depois desta passagem de modelos, investimento que é bom não aparece. E aqui é um problema, não só de Nelas. É um problema de Mangualde, de Penalva do Castelo, de Viseu, que, efetivamente, os nossos Autarcas têm que começar a engrossar a voz, verdadeiramente têm que começar a engrossar a voz porque, de facto, de palpável para a resolução dos nossos problemas, nada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O cancelamento de Girabolhos, em si, foi escandaloso porque trocámos um recurso que nos dava garantias de segurança hídrica por uma mão cheia de nada, por meia dúzia de acessos.

De facto, para mim, preocupa-me muito, porque o que tivemos este ano pode-se repetir não obstante a boa vontade dos nossos Municípios. Pode-se repetir este verão, no próximo, não há garantias, absolutamente, de nada. E, de facto, o Governo já está noutra, já cumpriu aqui a parte mediática, a parte de promoção.

Preocupa-me isto e diria o mesmo se fosse um Governo do PSD, ou do CDS, é exatamente a mesma coisa. A questão é regional e a questão de nós sabermos fazer-nos respeitar enquanto Região.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente quer usar da palavra?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim. Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Portanto, relativamente à questão da água e a questão de Algerás, Maria João, já foi reportado aos Serviços e eles dizem-me que é uma inevitabilidade. Essa questão já me foi levantada várias vezes e, naturalmente, foi vista, mas eu vou rever outra vez essa situação.

Agora, há aqui e isso é verdade, o que diz o Senhor Dr. Manuel Henriques é verdade, mas não é imputado a este Ministro do Ambiente, nem é imputado a este Governo, exclusivamente, acho que é a todos os Governos.

E em questões de acessibilidades e em questões de água, que são recursos, absolutamente essenciais para uma Região desenvolvida como Viseu e os Concelhos também à volta de Viseu, vivemos sempre e temo-lo reafirmado em todo o lado e tem a ver com esta questão da Estrada Nacional n.º 234, Valinhos, que nunca é feita obra porque estamos à espera do IC 12. IC 12 que nos leva a fazer obras como a Variante de Nelas para 500 viaturas pesadas por dia quando passam lá 1.200 viaturas, ou 1.300 viaturas e está no estado que está e precisa de 1,5 milhões de euros de intervenção, que também está reclamada às Infraestruturas de Portugal.

Portanto, nos últimos 40 anos a Região, fruto da incapacidade, para não dizer outras coisas, dos políticos de todos os Partidos, não tem uma auto-estrada como têm todas as cidades do Interior do País e a primeira, onde há bastante água, por acaso o Senhor Ministro disse, noutro dia, uma coisa curiosa relativamente à água, a primeira Região Hidrológica que recuperou, mercê das chuvas, foi esta. Mas também foi esta a primeira a falhar quando não houve água. Portanto, é uma questão de reserva de água.

A Barragem de Fagilde, manifestamente colapsou em termos da necessidade da Região. Estamos a falar de muita água. Eu, como me ouviram até a dramatizar e também a dizer que era alarmista e etc., eu só falei em matéria de água quando sentia que ia mesmo faltar a água porque é só fazer a conta. Não há logística possível, camiões, carregar motores, para colocar na Região 20.000 m³ de água por dia. São 400 camiões em permanência. Nem sequer há no País camiões cisterna para colocar água aqui na Região.

Portanto, há, de facto, aqui uma situação de anormalidade que belisca a confiança, incluindo dos investidores. Não há um recurso hídrico e em termos de investimento isso abala, sobre maneira, o investimento e a confiança da Região. Agora,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

eu sei porque tenho acompanhado, de perto, essa situação, que está a ser feita muita coisa nessa matéria nesta Região.

Está em curso uma empreitada, que os três Municípios vão custear, que é a colocação de umas ensecadeiras na Barragem de Fagilde no sentido de aumentar a capacidade da Barragem de 3 milhões de metros cúbicos de água para 4 milhões de metros cúbicos de água em permanência, que é a capacidade da Barragem. É pequenina, mas tem que se ter em consideração que passou de 120 dias para 180 dias de autonomia em matéria de água.

E também está a ser feito um estudo. Há aqui duas e, proximamente, a Assembleia Municipal e até a Câmara, vão ter que ser confrontadas com isso em termos de discussão. Há no âmbito desse trabalho que o Ministério do Ambiente, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Senhor Ministro do Ambiente vão fazer e, que chamaram para os ajudar, nessa altura de seca todos os instrumentos que tinham ao seu alcance, particularmente as Águas de Portugal e todas as do universo das Águas de Portugal, as Águas do Norte, Douro e Paiva e etc., Águas do Planalto, aqui mais próximas. Está a ser feito um estudo que vai ser apresentado, em princípio, nesta semana que vem.

Já foi feita uma reunião no Ministério do Ambiente, com uma empresa, com as Águas de Portugal, que apresentaram quais são as soluções alternativas a implementar no prazo de 2 anos.

Uma delas é, de facto, a colocação dessas ditas ensecadeiras, que é para aumentar, cerca de 20%, a capacidade da Barragem de Fagilde de retenção de água. Outra, são investimentos ao nível da ETA, de maior capacidade de produção de água.

Mas, uma, que está a ser analisada e vamos ver as propostas que fazem, porque depois é preciso ver quem é que paga esses investimentos, que é fazer uma conduta de uma outra Barragem, ligando à ETA de Fagilde e põe-se a hipótese de ser uma conduta de Balsemão, que depois vem por gravidade até praticamente Viseu. Custa mais de 10 milhões de euros, e é importante saber quem é que paga isto.

Outra solução que está em cima da mesa é fazer uma captação também nas Fontanheiras. Nas Fontanheiras, por um estudo hidrológico que foi feito, mesmo no período de maior seca, tem a capacidade de produzir 4.000 m³ de água diários, que é aquilo que Nelas precisa. Portanto, se fosse feita uma conduta das Fontanheiras para a Estação Elevatória de Tabosa, que é para onde vem a água de Fagilde, que depois é bombeado para Nelas e para Canas de Senhorim, nós teríamos um grande recurso, um importante recurso. Só que esta intervenção toda, de curto prazo, médio prazo, de dois anos, está a ser ponderada custa à volta de 40 milhões de euros. Ainda ontem houve uma reunião nas Águas de Viseu. Estão a ser feitos estudos e todos os esforços e, proximamente, haverá novidades quanto a isto.

A Câmara de Nelas aprovou em reunião de Câmara alguns investimentos porque estava aberto um Aviso para candidaturas intermunicipais, porque toda a lógica de gestão da água está-se a fazer na ótica multimunicipal por uma questão de economia de escala. E, portanto, estamos à espera da apresentação desse estudo, da nossa parte.

Além disso, o Governo está a fazer também a APA. Já o referenciou à Câmara de Nelas, um estudo para reaproveitamento da água das ETAR,s. E, portanto, ainda este ano vai ser apresentada em junho. Ainda este ano as 40 maiores ETAR,s onde se inclui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

a ETAR de Viseu, vão ser obrigadas a reaproveitar a água que sai com os valores limites de emissão absolutamente aceitáveis para os meios hídricos.

Da parte do Município de Nelas, no dia 19 de fevereiro, apresentámos todos os projetos que estão incluídos naquele Aviso PO SEUR de 6 de abril de 2017, que é 1,5 milhões de euros FEDER, portanto, à volta de um investimento de 1.800.000,00 euros. Ele passou um bocadinho e já foi aprovado esse projeto grande em reunião de Câmara, que é fazer um reservatório em Nelas em frente à casa do Senhor Faria, na penúltima rotunda antes daquela que sai para Mangualde.

Já adquirimos os terrenos. Foi hoje aprovado o contrato-promessa em reunião de Câmara, no sentido de fazer um reservatório de 4.000 m³ de água, que dará, ao Município de Nelas, associado às reservas que já temos, para passar de 6 horas para 36 horas de autonomia de água.

Portanto, com base nisso, é um investimento previsto, à volta de 1,5 milhões de euros. Com isso pretendemos também renovar todo o sistema de abastecimento de água do Município de Nelas, sendo certo que o Município de Nelas tem uma fragilidade, tem duas, atualmente, que é a fonte, não tem água, tem que a comprar a Mangualde que, por sua vez, a compra a Viseu.

Portanto, tem as captações locais que pôs em funcionamento, a Longra e o Areal, mas que em período de ponta geram 100 m³ de água, para os 3.000 m³ de água que precisamos todos os dias não é nada. Outro problema é o reservatório de água. E, também, de modernização, telegestão, ligação de depósitos e etc., que com este investimento, que já à a candidatar ao PO SEUR, vai permitir modernizar toda a rede de abastecimento de água de Nelas.

Portanto, vai haver, proximamente, novidades e eu também transmito esta segurança que me é possível de que, Senhor Dr. Manuel Henriques, o Ministério do Ambiente, o Senhor Ministro do Ambiente, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, as Águas de Portugal, as Câmaras todas, estão, porque não houve coisa mais dramática, para além dos fogos, no final do ano que passou que atingisse todos os interessados e os Autarcas foi a eminência de faltar a água, de parar instituições sociais, comércio, indústrias, hospitais, etc., que foi, reitero, a questão da falta de água.

Agora, como é que isto se resolve? Essencialmente com uma conduta de uma outra Barragem ligada à Barragem de Fagilde porque o Senhor Ministro diz que podia ter feito o desassoreamento da Barragem. Mas aquilo é zona granítica não ia acrescentar grande quantidade de água. É o estudo que está feito. Portanto, aumenta-se o paredão e tem que se ligar aqui uma outra Barragem a Fagilde.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais ninguém inscrito neste ponto, vou passar ao ponto 2.2 – Discussão e votação do pedido de autorização prévia dos investimentos a financiar pelos Empréstimos de Médio e Longo Prazo, nomeadamente investimentos no setor do saneamento, no projeto CAVE de Santar, no Centro 2020 e despesas de investimento.

Pergunto, quem quer usar da palavra neste ponto? Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa? Se puder ser breve. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito breve. Se me permite, só dizer que neste conjunto de financiamentos que vos são propostos e de investimentos, portanto, estamos a falar de investimentos, nós temos, atualmente em curso, a construção de ETAR,s, Estações de Tratamento de Águas Residuais, grandes investimentos, superiores a 6 milhões de euros, obras todas elas consignadas, a ETAR de Nelas e Sistema Intercetor.

Sistema Intercetor que vai permitir remediar também algumas situações de falta de águas pluviais em Nelas, por exemplo, que vai permitir resolver problemas de qualidade nas nossas áreas de acolhimento empresarial quer a do Chão do Pisco, quer a Zona Industrial 1 vão ser ligadas a esse Sistema.

Vamos ficar com uma ETAR que custa mais de 4 milhões de euros e cujo investimento, a garantia de financiamento por parte do PO SEUR são 63,75% apenas, portanto há aqui um esforço de investimento de quase 1,5 milhões de euros que é preciso fazer para essa ETAR, bem como os 15% que é necessário fazer para as outras ETAR,s que já estão consignadas e terão que estar prontas a partir de junho, e até ao final do ano, quase todas.

É a da Lapa do Lobo, de Agueira/Carvalhal Redondo, a nova ETAR de Moreira, duas ETAR,s em Santar, uma em Casal Sancho, outra em Santar, uma em Vilar Seco. Portanto, são investimentos, absolutamente prioritários, essenciais, que têm que ser feitos. Além das obras de reabilitação urbana, que também temos que acompanhar, temos que fazer.

Vamos lá ver, portanto, a Câmara reduziu o endividamento, em 4 anos, perto de 40%. Portanto a Câmara veio de um endividamento de mais de 15 milhões de euros, de endividamento total para um endividamento de próximo dos 10 milhões de euros, 10,5 milhões de euros, 11 milhões de euros. Mesmo na informação que foi distribuída aos Senhores Membros da Assembleia Municipal a dívida de médio e longo prazo que estava em 2013, em outubro, em 14,5 milhões de euros e, no final do ano próxima dos 14 milhões de euros, está, atualmente, em 9,4 milhões de euros.

Foi feito um esforço muito grande para recuperar financeiramente a Câmara, sendo certo que o que está em curso, o que está consignado, muito fruto também da contratualização feita com o PT 2020 nos vários Quadros, seja nos Programas Nacionais, seja no Programa Regional, são investimentos que implicam um grande esforço financeiro nesta altura.

Na nossa modesta opinião, é que existe a capacidade de endividamento do Município e ela é consignada nos termos do artigo 52.º, da Lei das Finanças Locais em investimentos de médio e longo prazo e, portanto, compreendam o esforço da gestão do Município se quiser fazer os investimentos que são, absolutamente, essenciais no Ciclo Urbano da Água, como vimos há pouco, em matéria de água, mas também em matéria de saneamento. Estamos neste momento, a defender-nos de um processo de contraordenação de 180.000,00 euros no Tribunal por não termos águas residuais tratadas numa ETAR.

Portanto, depois, como sabem, há reincidências. Se nós não construirmos as ETAR,s e não tratarmos desta questão básica poderá haver consequências muito mais nefastas do que aquelas que são decorrentes da realização das obras e do esforço municipal na componente nacional que temos que fazer.

A proposta que aqui vem é aproveitar ao máximo os Quadros Comunitários. Por alguma razão a própria Lei do Orçamento de Estado, já no ano passado e este ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

também, secciona dos limites de endividamento a componente nacional para as obras comparticipadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, secciona, até o próprio Governo, por via do estímulo a candidaturas a Fundos Comunitários, a promover a realização de obras.

Vamos ver, outra obra que está aqui proposta é a questão do Centro de Artes do Vinho e do Espaço, em Santar, que nós candidatámos e que o Turismo de Portugal deu 400.000,00 euros. Candidatámos a mais 200.000,00 euros. Mas a obra, aprovaram 400.000,00 euros, mas para uma obra que está orçada em 1,5 milhões de euros.

Portanto, eu acho que este quadro financeiro de recurso ao crédito vai permitir durante o período de maturidade dos empréstimos, os 2,8 milhões de euros, mais 450.000,00 euros. 3,3 milhões de euros, vai permitir que essas obras, que são de médio e longo prazo se paguem pelo período de utilização das infraestruturas, que são, absolutamente essenciais e permite uma injeção, e que seja aliviado o esforço municipal no sentido de permitir, com essa injeção de dinheiro, também fazer alguma coesão municipal interna, realizar algumas obras que é imperioso realizar e que não é possível dotar, em termos de Plano Plurianual, de dinheiro, no Plano Plurianual de Investimento, no PPI, porque todas as verbas do Município estão afetas a realização destas obras infraestruturais, ainda por cima apoiadas por Fundos Comunitários e, portanto, fazemo-lo também muito cientes, e queria transmitir também isso à Assembleia e a todos e a mim próprio, muito cientes da absoluta necessidade da sustentação económica-financeira da Câmara.

A situação financeira da Câmara é aquela que é evidenciada pelo concurso que foi aberto ao crédito. E, portanto, os bancos concorreram. Os Senhores Membros da Assembleia Municipal têm na vossa posse o relatório provisório e o relatório definitivo da comissão de análise das propostas. E, portanto, só uma Câmara com boa situação financeira, só um Município, só uma empresa, só uma pessoa com boa situação financeira é que tem quase todos os bancos a concorrer para lhe emprestar dinheiro e os bancos a baixarem spreads, como é o caso do empréstimo grande, do endividamento, de 9 milhões de euros que a Câmara deve ainda de financiamentos, quer da reestruturação financeira, quer do PAEL, quer de uma dívida da Caixa Geral de Depósitos que foi contraída em 2010 para construir os Centros Educativos de Nelas, Canas de Senhorim e Senhorim e de que ainda a Câmara deve 1,5 milhões de euros.

Portanto, só uma entidade com boa situação financeira é que tem as entidades financeiras a proporem baixar os spreads, ou seja, a margem de o diferencial entre a taxa de juro e aquilo que o banco ganha, que é o denominado spread, de 3 para 1.1, como é o caso do grande empréstimo de consolidação da dívida em que o nosso spread era, em termos genéricos, à volta dos 3%, que já tinha sido renegociado, como se recordam em 2016. Temos o BPI a propor um financiamento dessa dívida de 5 milhões de euros com um spread de 1.1 e o Crédito Agrícola a baixar o spread de 3 para 1.49. E todos os outros empréstimos a fazerem spreads à volta de 1.29, por aí.

Portanto, sem embandeirar em arco, muito ciente do que está em causa, eu acho que não podemos deixar de, de facto, utilizar este instrumento da atividade da Câmara sendo certo que outras opções, outras formas de ver, outras perspectivas, poderiam ser encaradas, mas eu acho que vamos tentar, que é o nosso objetivo estratégico para estes 4 anos. O objetivo da Câmara é com, ou sem seccionamento do limite do endividamento, que neste momento para 2018 de acordo com o mapa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

endividamento que vos foi enviado já é 13,7 milhões de euros, o limite máximo do endividamento para o qual não conta os empréstimos que estamos aqui a financiar só contam 450.000,00 euros para acrescentar ao limite do endividamento porque os outros estão secionados, é, de facto, andar sempre, mesmo com os empréstimos secionados, cientes que vamos nestes 4 anos também pagar um milhão de euros por ano da dívida consolidada anterior.

Eventualmente, pode ser necessário recorrer outra vez para efeitos estruturais, como os Fornos Elétricos, se for um leasing imobiliário é endividamento, como pode ser para a construção de um Multiusos, que é muito reclamado em Canas de Senhorim, por exemplo na Casa do Frazão que a Câmara de Nelas já comprou. A Câmara é dona da Casa do Frazão que custou 150.000,00 euros.

E, pode ser para a utilização de 1 milhão de euros que ainda existe no PARU, para reabilitação urbana em Nelas porque também, relembro isto, a CCDR só aprovou ações de reabilitação urbana para as sedes do Concelho dos denominados Agrupamentos Complementares.

E, também por via deste financiamento, nós também o dissemos como compromisso em outubro, pretendemos, por via do endividamento, depois aliviar o orçamento no sentido de fazer coesão relativamente a outras localidades e a outras Comunidades que têm tanta necessidade e direito de ver o Orçamento Municipal incidir sobre si como a Vila de Nelas, não esquecendo também que é uma sede de Concelho forte, que também ajuda todas as outras Comunidades a crescer, mas que não deve ser à custa dela que elas têm que minguar.

Portanto, dizer-vos que o nosso objetivo é andar sempre abaixo do limite do endividamento em termos de mandato, mesmo com os empréstimos secionados, o que consideramos, com a ideia que temos, não há aqui grande arte para inventar.

Três milhões de euros de custos com Pessoal, que é o que já temos. 3.200.000,00 euros, 2,8 milhões de euros com o Pessoal no Quadro, mais 400.000,00 euros de outras situações, POC,s, CEI,s e Prestadores de Serviço, 4 milhões de euros de compras de bens e serviços onde estão os fornecimentos de serviços externos e etc., dá 7 milhões de euros.

O FEF da Câmara de Nelas e as transferências que vêm do Orçamento do Estado são 5 milhões de euros, tudo incluído. As receitas do Município, a receita corrente, de impostos e IMI, IMT, Selo, ronda entre os dois milhões de euros e os três milhões de euros, portanto, 4 milhões de euros. Em termos de receita, 5 milhões de euros, 7 milhões de euros, 8 milhões de euros.

Portanto, lá estamos, há aqui uma margem de 1 milhão de euros em que, de facto, o endividamento tem que ser muito bem controlado, muito bem ponderado, fruto, também de 1 milhão de euros que temos anualmente para a amortização de empréstimos.

Portanto, para fazer aquilo que é, absolutamente necessário, que são infraestruturas no Ciclo Urbano da Água, reabilitação urbana até para adaptarmos os nossos territórios a um fluxo turístico que na Região Centro está cada vez mais incrementado, teve um crescimento de 20% o turismo, o desenvolvimento do turismo na Região Centro, para isso é preciso dotar-se Santar de uma infraestrutura em condições, é preciso melhorar também toda a vivência dos que cá estão e daqueles que vêm para cá.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

É uma opção nossa, é uma opção que nós gostaríamos que a Assembleia Municipal compreendesse e que é um instrumento de financiamento e de gestão da Câmara e que estes montantes de financiamento que nós propomos vêm, absolutamente, consignados à realização dessas obras e, portanto, vai haver esse compromisso relativamente ao Tribunal de Contas e vão ter que ser, de facto, os dinheiros que vêm gastos em situações, absolutamente essenciais, como são aquelas que eu referi.

E daí a autorização prévia do Município e da Assembleia Municipal para fazer esses investimentos, que são: ao nível do saneamento, as ETAR,s que já referi; a requalificação urbana; o Centro de Artes do Vinho e do Espaço de Santar; a requalificação também das Escolas do 1.º Ciclo em Santar cujo financiamento por via do Pacto não chega. E, depois fazer obras, também financiar obras absolutamente essenciais utilizando esses 450.000,00 euros que são a margem de 20% da possibilidade de endividamento como resulta do mapa, que são para requalificar cemitérios, continuar as obras que se começaram, fazer projetos e concluí-los, os parques infantis e séniores, também reclamados em todas as Freguesias, melhorar o Parque de Feiras e Exposições em Nelas para, vedando aquilo, aumentar também a receita da Câmara e por isso é que está aqui esta obra, e aumento da requalificação da rede viária em todo o Concelho, que depois será devidamente concretizada quando for para pedido de Visto no Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra neste ponto?
Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Muito boa noite, mais uma vez.

Sobre este ponto, na verdade é um ponto que já discutimos aqui na Assembleia de 22 de dezembro. Está clara uma orientação da Câmara Municipal relativamente à dívida e aos investimentos.

O que eu queria sublinhar? Sublinhar uma visão diferente, uma visão diferente que já em dezembro a sublinhámos, de que entendemos apenas como pouco coerente fazer disparar a despesa e o endividamento do Município e ao mesmo tempo reduzir a receita.

Pensamos que isso é incoerente. Compreendemos, compreendemos a estratégia do Município. Como o Senhor Presidente disse, é uma orientação diferente. Por isso, no meu caso pessoal, o voto contra não significa que não concorde, a título individual, com cada uma das intervenções e sobre a sua necessidade.

Entendo é que a racionalidade económica subjacente a esta estratégia do Município é, pelo menos, diferente daquela que eu julgo correta, mas a execução do Orçamento cá estará para comprovar, ou desmentir uns e outros, mas agora é aguardar.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Uma vez que não está mais ninguém inscrito, vou passar à votação do ponto 2.2 e pergunto: Quem vota contra? Seis votos contra. Quem se abstém? Uma abstenção. São 6 votos contra dos Senhores Deputados Manuel Henriques, Teresa Silva, Maria João, Marta Temudo, Rui Costa e André Carvalho. Uma abstenção do Senhor Deputado Bruno Pina. Portanto, 18 votos a favor. Está aprovado com 18 votos a favor, 1 abstenção e 6 votos contra. Minuta, faz favor.



A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Discussão e votação do pedido de autorização prévia dos investimentos a financiar pelos Empréstimos de Médio e Longo Prazo, nomeadamente investimentos no setor do saneamento, no projeto CAVE de Santar, no Centro 2020 e despesas de investimento, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.3 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para a renegociação da dívida financeira do Município de Nelas – Artigo 101.º, da Lei n.º 114/2017, de 29/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2018) – Aprovação.

Hoje entregámos um documento que eram as propostas dos bancos fundamentalmente para poderem conferir o relatório final que foi enviado com os documentos para a Assembleia.

Alguém quer usar da palavra neste ponto? O Senhor Presidente quer dizer alguma coisa neste ponto?

O Senhor Presidente da Câmara:

No ponto 2.3 o que foi posto a concurso da consolidação da dívida anterior do Município de Nelas. Reafirmar que isto abrangia 1,5 milhões de euros da Caixa Geral de Depósitos, de um financiamento de 2010, 2011, à volta disso e abrangia 7,5 milhões de euros, que era à volta de 7 milhões de euros do Crédito Agrícola e à volta de 500.000,00 euros, quinhentos e tal mil euros do PAEL. No Crédito Agrícola era o financiamento de reestruturação financeira contratado em 2013, no início do ano e deliberado no final de 2012.

E, portanto, também com esta negociação dos empréstimos, que estão permitidos também na Lei do Orçamento de Estado, salvo o erro, o artigo 101.º, que é operação da substituição da dívida. Garantir também, fruto também das condições apresentadas que o novo empréstimo não vai aumentar a dívida total do Município, este empréstimo, e vai diminuir o serviço de dívida do Município.

Portanto, também, se alguma dúvida ainda houvesse, que eu entendia que não havia, mas às vezes o português, linguagem, não se deixa encerrar muito bem nos conceitos que nós queremos. Quando diziam, no Despacho de 4 de agosto de 2017, os três Secretários de Estado que estava suspenso o Plano de Ajustamento e da Reestruturação Financeira, com esta operação de consolidação da dívida não há lugar a margem nenhuma para dizer que está suspenso, que pode regressar, porque isto já é um Município dentro da sua capacidade própria, a pagar, integralmente, aquilo que foi contratado para pagamento de dívidas a fornecedores.

É preciso não esquecer isso. Em 2013 foi esgotada a capacidade de endividamento do Município para pagamentos a fornecedores. E, portanto, também fica sem qualquer efeito, quer o PAEL, quer qualquer reestruturação financeira.

Como veem do mapa que está na alínea a) desse relatório final da comissão de análise, quem se propõe financiar a dívida do Município de 9.063.732,93 euros é o BPI com 5 milhões de euros, com um spread de 1.1. Quer o BPI, quer o Crédito Agrícola, aceitaram também financiar 4.063.000,00 euros nas condições do caderno de encargos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, muito obrigado. Alguém quer pedir algum esclarecimento mais? Se não, vou pôr à votação o ponto 2.3 e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para a renegociação da dívida financeira do Município de Nelas – Artigo 101.º, da Lei n.º 114/2017, de 29/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2018) – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido considerada mais vantajosa a proposta apresentada pelo Banco BPI e Sindicato da Caixa Agrícola, nos termos do relatório final, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.4 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas no setor do saneamento, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação.

O Senhor Presidente quer dizer alguma coisa neste ponto? Muito rapidamente uma vez que já disse tudo.

O Senhor Presidente da Câmara:

- O ponto 2.4 é, então, a componente nacional das obras cofinanciadas no setor do saneamento. São, aquelas obras que constam e que é o montante de 1.514.074,00 euros. Também é o BPI que se propõe financiar com um spread de 1.2.

Não estão aqui nestes relatórios, não está cá referenciado, nem comparada taxa de juro de spread porque ela está negativa e, portanto, não estão aqui. Por isso, só aparece aqui o spread que é 1.2., que é para este empréstimo do saneamento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Portanto, financiamento da componente nacional de projetos cofinanciados.

Ponto 2.4. Ninguém quer usar da palavra? Se ninguém quer usar da palavra, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Os Senhores Deputados Manuel Henriques, André Carvalho, Teresa Silva, Maria João Ribeiro, Marta Temudo e Rui Costa. 7 votos contra. Quem se abstém? Foi aprovado com 18 votos a favor e 7 votos contra. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas no setor do saneamento, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido considerada mais vantajosa a proposta apresentada pelo Banco BPI, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 7 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Passamos, então, ao ponto 2.5 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas do CAVES – Centro de Arte, do Vinho e Espaço de Santar, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação.

O Senhor Presidente quer dizer alguma coisa neste ponto?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Relativamente a esta proposta de financiamento é para Centro de Arte do Vinho e Espaço em Santar que eu já referenciei que tem um financiamento do Turismo de Portugal no âmbito do Programa Valorizar de 400.000,00 euros, que pode subir. E, portanto, estamos aqui também a financiar 1.110.000,00 euros. É uma infraestrutura, absolutamente necessária em Santar para, na ótica da responsabilidade pública, acompanharmos aquilo que queremos a médio prazo uma completa alteração da situação económica e também social daquela importante Freguesia do Concelho de Nelas.

Estão investimentos a andar, de privados, já financiados também em programas comunitários de alguma dimensão. Estou a falar do projeto de Santar Vila Jardim e que também todos podem constatar o conjunto de investimentos que está a ser feito. Mas também estou a falar naquilo que se projeta, proximamente, com uma grande unidade hoteleira que poderá recuperar uma das casas de referência de Santar.

É também nesse horizonte que nós queremos, de 3 anos deste mandato, também com um esforço, tentar fazer no espaço público, e há na CCDR também abertura para isso, uma intervenção no espaço público, para além desta intervenção no Projeto CAVES, de facto, correspondermos, em termos de Município, àquilo que queremos que seja um projeto de referência.

E, portanto, em termos de Município já está a ser preparado para ser lançado, muito proximamente o contrato de construção cujo projeto já existe e as especialidades, deste Centro de Artes do Vinho e do Espaço em Santar. É o Crédito Agrícola que se propõe financiar esta obra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Ora, para quem está a acompanhar o relatório final é o ponto B 2. Na página 2 do que foi enviado, não é do que foi dado hoje. É do que foi enviado. Hoje foram só as propostas que não tinham ido na altura, por lapso. Mas o relatório final foi enviado, portanto, é B 2.

A Senhora Deputada Maria João quer usar da palavra?

(A Senhora Deputada Maria João Ribeiro falou longe do microfone e não ficou gravado.)

O Senhor Presidente da Assembleia: Faça favor Sr. presidente:

O Senhor Presidente da Câmara:

Houve um Comissário Europeu que veio a Portugal, foi a alguns museus financiados pela União Europeia e alguns estavam fechados. E, portanto, a partir desse momento, quer construção de estradas novas, quer museus, passou a ser uma prioridade negativa em termos de investimentos do PT 2020.

Foi aberta esta linha de financiamento para valorizar património e para valorizar territórios. E, portanto, nós estamos a ser criativos no sentido de isto é uma infraestrutura à volta de mil metros quadrados, por isso 1,5 milhões de euros ainda é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

investimento de vulto e que permitimos atrair, para aquela infraestrutura o movimento associativo, a Comunidade e também fazer tipo um Wellcome Center para Santar, quer seja para a parte da economia, para a parte da cultura, para a parte da gastronomia.

Portanto, vai ter uma parte também virada, vocacionada também para esse Wellcome Center e vamos projetar os investimentos que, de alguma maneira, os privados já têm em Santar e por isso é que se chama Centro das Artes do Vinho e do Espaço de Santar, das artes, dos azulejos, dos jardins, das associações, do movimento associativo, do vinho, naturalmente, que é a economia viva de Santar e do espaço, do património, dos lares, dos projetos que estão envolvidos.

E, portanto, o Turismo de Portugal aceitou financiar a recuperação da Bogaria, ampliando aquele espaço, um espaço com alguma dimensão e integrado naquilo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Em relação à Senhora Deputada Maria João Ribeiro, eu posso dizer que há um projeto já feito de arquitetura, há um projeto, posso depois facultar a memória descritiva e também um drafetezito do projeto sobre o que é que vai ser construído e a maquete.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Há maquete. Depois deste esclarecimento vamos passar à votação do ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas do CAVES – Centro de Arte, do Vinho e Espaço de Santar, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação.

Quem vota contra? Seis. votam contra os Senhores Deputados Manuel Henriques, André Carvalho, Teresa Silva, Maria João Ribeiro, Marta Temudo e Rui Costa. Abstém-se o Senhor Deputado Bruno Pina. E votaram a favor os restantes. Portanto, 18 votos a favor. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas do CAVES – Centro de Arte, do Vinho e Espaço de Santar, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido considerada mais vantajosa a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – Terras de Viriato, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos, assim, ao ponto 2.6 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas pelo Centro 2020, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação.

Portanto, será o ponto 3, da alínea b). Quem quer usar da palavra neste ponto?

Se ninguém quer usar da palavra, vou pôr à votação. Quem vota contra? Ora, temos os votos contra dos Senhores Deputados Manuel Henriques, Bruno Pina, André



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Carvalho, Teresa Silva, Marta Temudo e Rui Costa. Quem se abstém? Não há abstenções. Portanto, estando ausente, temporariamente, a Senhora Deputada Maria João Ribeiro, temos a votação de 6 votos contra, 18 votos a favor e 0 abstenções.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas pelo Centro 2020, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, do RFALEI, na sua atual redação – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido considerada mais vantajosa a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 6 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos, agora, ao ponto 2.7 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento de despesas de investimentos, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais) – Aprovação.

Quem é que quer usar da palavra neste ponto? Ninguém? Ora, já regressou a Senhora Deputada Maria João Ribeiro, portanto, estamos outra vez 25. Vou pôr à votação. Pergunto: Quem vota contra? Votaram contra os Senhores Deputados Manuel Henriques, Bruno Pina, André Carvalho, Teresa Silva, Maria João Ribeiro, Marta Temudo e Rui Costa. Quem se abstém? Ninguém. Dezoito votos a favor e sete votos contra.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 – Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento de despesas de investimentos, nos termos dos artigos 49.º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais) – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido considerada mais vantajosa a proposta apresentada pelo Banco BPI, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 7 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Eu, se me permitissem, voltava atrás um ponto e perguntava, uma vez que a ausência foi momentânea, à Senhora Deputada Maria João Ribeiro, se quer votar o ponto 2.6. Quer votar? E como é que vota? Vota contra. Então, passam a ser 7 votos contra e somos 25. Alguém se opõe que eu faça isto? Não.

(A Senhora Deputada Maria João Ribeiro falou longe do microfone e não ficou gravado.)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Declaração de voto destes empréstimos? Faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- A declaração de voto será, entretanto, enviada via e-mail, ao Senhor Presidente da Assembleia, sendo, no entanto, que nós também não estamos e nós no caso, o PSD não está contra os projetos, não é isso que está em causa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O que está aqui em causa é o endividamento. E estamos a falar de gerações futuras. Estamos a falar de situações. E, enfim, que gerações futuras serão essas? Uma vez que estamos a falar de problemas de natalidade, uma vez que estamos a falar das questões da natalidade do nosso País, estamos a falar da Interioridade e, portanto, em questões de endividamento temos que ter algum cuidado, alguma cautela.

Os projetos de saneamento do Ciclo da Água, nada, absolutamente, contra. São bastante necessários.

Já o Projeto CAVES de Santar, daí eu o ter questionado, tenho aqui que dizer que, em relação ao montante acho elevado, ou achamos também, de um modo geral, elevado, sendo que também não temos nada contra os museus, pelo contrário, também é conhecido que tínhamos isso em proposta.

No entanto, lá está, como aqui foi dito, a questão é a dinamização desses projetos e espero que isso aconteça porque, senão, os museus, por si só, como já até aqui foi dito, não vingam. Podemos estar aqui a fazer um grande investimento salutar e bem, que foi dito que, realmente é para envolver também as entidades privadas, os investidores privados, mas o museu, por si só, não vinga. Portanto, e aí tenho, de facto, alguma dúvida e, portanto gostaria de ver esses projetos. No entanto, enfim, é fazer-se o projeto, sim, não sei é se os valores, de facto, não serão, enfim, elevados, ou demasiado elevados,

Quanto ao resto, sim, é para o Ciclo da Água, o saneamento, pois, sim senhora, não temos nada contra.

Muito obrigada.

Posteriormente a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, no dia 14 de março de 2018, a Senhora Deputada Maria João Tavares Ribeiro, enviou, via e-mail, a seguinte declaração de voto:

“Declaração de voto do Grupo Parlamentar do PPD/PSD de Nelas sobre a votação das propostas de contratação de empréstimos a médio e longo prazos para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas e para o financiamento de despesas de investimento

Pontos da ordem de trabalhos: 2.2., 2.4., 2.5., 2.6. e 2.7

Assembleia Municipal de Nelas de 28 de fevereiro de 2018

No que concerne a estes assuntos de tão relevante impacto na gestão e sustentabilidade financeira do Município de Nelas nos próximos 20 anos, corroboramos com a posição assumida pela vereação do PPD/PSD de Nelas na reunião de Câmara ordinária realizada no dia 31 de janeiro de 2018 e assumida, através do voto na última sessão de Assembleia Municipal no passado dia 28 de fevereiro.

Votámos naturalmente contra. Não poderemos, em consciência, avaliar a falta de planificação financeira de quem não se preparou para compartilhar os custos de concretização dos projetos a que se candidatou, por isso conhecedor das exigências financeiras respetivas e do estado de tesouraria da CMN. Consideramos pesada a hipoteca do nosso presente próximo e o futuro das gerações vindouras, numa altura em que a natalidade é baixa e que o interior sofre desertificação sucessiva dos jovens, razão para a primordial concentração das políticas nestas duas temáticas como garante do futuro.

Estes empréstimos vão aumentar brutalmente a dívida da Câmara Municipal de Nelas para cerca de 13 milhões de euros e a muito breve prazo deverá mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ultrapassar os 15 milhões de euros. Em síntese, à dívida atual, na ordem dos 9,5 milhões de euros, vão acrescer para já os cerca de 3,3 milhões de euros dos empréstimos agora aprovados pelo executivo do PS, perfazendo um total de 12,8 milhões. Em breve, vai ser obrigatório fazer ainda outro empréstimo, de pelo menos 2,3 milhões de euros, para completar o resto da verba a que o Município está obrigado a participar no âmbito do financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas.

No total a dívida ascenderá, muito em breve, aos 15,1 Milhões de Euros (Quinze Milhões e Cem Mil Euros). Este empréstimo, a realizar brevemente, não é uma mera leitura política da nossa parte. É factual. No documento que sustenta a proposta deste empréstimo está lá bem claro que “o Município de Nelas está obrigado a garantir o financiamento da Componente Nacional até ao montante de 5,1 milhões de euros, sob pena de ser inviabilizada a realização dos referidos investimentos”. Ora, se os empréstimos agora celebrados para o financiamento da componente nacional das obras cofinanciadas é de 2,8 milhões de euros, ficam a faltar cerca de 2,3 milhões para assegurar o montante total da componente nacional.

As razões que corporizam o nosso voto contra são claras:

- O excessivo valor global envolvido em empréstimos – os 3.281.397,00€ agora aprovados, num total que ascenderá a breve prazo a 5,6 milhões de euros, com a realização de um outro empréstimo de mais de 2,3 milhões de euros onerando a sustentabilidade financeira do Município;

- A evidência clara e inequívoca de que o executivo do PS não falava verdade quando propalava sistematicamente que a Autarquia teria “condições para acompanhar financiamentos comunitários”, que dispunha de boa saúde financeira. Em plena assembleia Municipal, em agosto último, informava, “a situação financeira da Câmara, em termos financeiros, é excelente e deixa-nos sem qualquer temor”, acrescentando que “mesmo que a Câmara não contrate empréstimo nenhum, a Câmara tem para acompanhar estes financiamentos comunitários”

Relevamos a importância estrutural da execução de projetos do saneamento e do ciclo da água, discordamos sim, na forma de os financiar, nomeadamente, a falta de preparação e melhor gestão do executivo da disponibilidade recursos e o não comprometimento dos mesmos com o crescimento dos gastos correntes, com o aumento, na atual legislatura, dos cargos políticos. Já no anterior mandato, o executivo do Partido Socialista, fruto de uma conjuntura económica muito favorável (ultrapassado o contexto de profunda crise financeira nacional e internacional que culminou com o período de ajustamento implementado pela troika), tinha condições ímpares para não ter necessidade de recorrer a empréstimos ou, pelo menos, ter criado uma “almofada financeira” mais confortável para a participação municipal.

Já quanto ao projeto CAVE Santar, identificamo-nos com o interesse numa obra que tenha o vinho como principal referência, fazendo jus a Nelas *Coração do Dão* contribuindo para o fomentar do enoturismo com o consequente desenvolvimento económico deste setor do vinho e da vinha. Todavia, um edifício por mais bonito, moderno que seja e, com certeza o previsto sê-lo-á, veja-se o valor de cerca de 1,5 milhões de euros de investimento, por si só ou mesmo visitável enquanto museu, não tem dinâmica suficiente que atraia visitantes e trazer ao concelho e autarquia o devido retorno. O grande investimento terá de ser na gestão das atividades, por isso atratividade, envolvimento com as entidades investidoras que se propalam para Santar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

e as empresas que já atuam no setor do vinho. Quem o vai fazer? Pode este executivo comprometer-se com tal, com mandatos de 4 anos? Está isso previsto no projeto? Foi pensado? Sobre tal, especificamente, nada nos foi informado.

A comparticipação municipal aqui chega aos cerca de 1,1 milhões (75% em números redondos) é, uma vez mais, assegurada com empréstimos. Reconhecemos o aproveitar de oportunidades do quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, mas também sabemos que associado a oportunidade há risco e a análise tem de ser balanceada, porquanto o proveito vale o esforço financeiro, para não darmos passos de gigante com pés de barro.

Grupo parlamentar PPD|PSD”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigada Senhora Deputada Maria João. Mais alguém quer usar a palavra neste ponto?

Posteriormente a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, no dia 16 de março de 2018, os Senhores Deputados André Silva e Teresa Silva, do Movimento Cívico Coração do Dão, enviaram, via e-mail, a seguinte declaração de voto:

Declaração de voto

Veio a Câmara Municipal pedir à Assembleia Municipal autorização para contrair seis empréstimos: um de 5.000 mil euros e outro de 4.063.732,93 euros, para renegociação da dívida bancária; três num total de 2.831.397 euros, para financiamento da componente nacional de projetos cofinanciados (saneamento: 1.514.074 euros; CAVESANTAR: 1.110.771 euros; Centro 2020: 206.551 euros); e um de 450 mil euros para financiamento de despesas de investimento.

Em 31/12/2017, a dívida total do Município, com exclusão de operações extra-orçamentais, ascendia a 11.185.529 euros e o limite da capacidade de endividamento era de 507.788 euros.

Votámos favoravelmente o pedido de empréstimos para renegociação da dívida de Médio/Longo Prazo na perspetiva que do mesmo resulte alívio dos encargos da dívida, como admitimos que assim seja, dando como certo que os mesmos serão integralmente aplicados na liquidação dos anteriores, embora fique a preocupação pelo alargamento do prazo de pagamento.

Em relação aos restantes empréstimos importa ver esclarecidas algumas questões: Qual o verdadeiro estado financeiro que leva o presidente da Câmara e o Executivo a confessarem a incapacidade do Município para honrar os compromissos que assumiu nas componentes nacionais dos projetos co-financiados?

Com que fundos, ou provisões financeiras, foram assumidas as componentes nacionais no âmbito dos projetos co-financiados candidatados e aprovados?

O esgotamento da capacidade de endividamento, com o empréstimo de 450 mil euros, para além de provar, de per si, o estado de penúria das finanças municipais, quererá dizer que é necessário solver algumas promessas e “obras” eleitorais?

Em conclusão: no final desta operação, a dívida bancária de Médio e Longo Prazo ascenderá a 14.500 mil euros, sendo de 2.800 mil euros o valor em dívida para além da capacidade de endividamento.

O agravamento da dívida para valores que o presidente da Câmara considerou incomportáveis carece de esclarecimento e justificação. Em nome da transparência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do MCCD - Coração do Dão vota contra os pedidos de autorização de empréstimos a que respeitam os pontos 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7.

Nelas, 28 de fevereiro de 2018

OS DEPUTADOS MUNICIPAIS: André Carvalho e Tereza Silva”

O Senhor Presidente da Assembleia:

Ponto 2.8 – Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas – Projeto de alteração do artigo 4.º - revogação da alínea a) e aditamento de condição de redução do incentivo quando a criança se encontre registada noutra Concelho – Aprovação.

O artigo 4.º, alínea a) refere que teriam de ser naturais do Concelho, deviam estar registadas no Concelho. No entanto, houve situações em que não estavam registados no Concelho, mas residiam no Concelho e a Câmara aprovou uma alteração que é de também contemplar as pessoas que, embora não estivessem registadas no Concelho, residem no Concelho, com uma redução de 10% do subsídio.

Alguém quer usar da palavra neste ponto?

Como ninguém quer usar da palavra, vou pôr à votação a alteração e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 – Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas – Projeto de alteração do artigo 4.º - revogação da alínea a) e aditamento de condição de redução do incentivo quando a criança se encontre registada noutra Concelho – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.9 – Direção-Geral das Autarquias Locais – Alerta precoce de desvios – N.º 1, do artigo 56.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Informação relativa ao ano de 2016 – Conhecimento.

É uma informação que me foi enviada pela DGAL e que é sobre a alerta precoce de desvios. O Senhor Presidente quer dizer alguma coisa neste ponto?

Não. Portanto, é apenas para tomarem conhecimento. Não sei se alguém quer usar da palavra neste ponto. Não.

Passamos ao ponto 2.10 – Eleição de cinco cidadãos, de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal de Segurança.

É um ponto que foi à última Assembleia e que foi retirado porque nenhum de nós tinha trazido nomes. Na altura, o Senhor Deputado Manuel Henriques disse que o Senhor Deputado João Alfredo Lopes Ferreira estava disponível e, portanto, neste momento, acho que já foi, mais ou menos, acordado com as Bancadas.

Tenho aqui uma lista de cinco Elementos, que são os Senhores: João Jesus Rijo Conceição Mendes, Natália Martins Filipe Moreira, João Paulo Matias Olival, João Alfredo Lopes Ferreira e João Pedro Ferreira Vaz.

Uma vez que são nomes, mas não é um nome individual, é uma lista, penso que podemos dispensar a votação por escrutínio secreto, a não ser que alguém o exija.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Então, se não, eu vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra esta lista? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 – Eleição de cinco cidadãos, de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, foi posto à votação, tendo sido eleitos os Senhores: João Jesus Rijo Conceição Mendes, Natália Martins Filipe Moreira, João Paulo Matias Olival, João Alfredo Lopes Ferreira e João Pedro Ferreira Vaz, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 0 votos contra e 0abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.11 – Apreciação do Relatório de avaliação da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas do ano de 2017: Conhecimento.

Foi enviado a todos o Relatório, do ano de 2017, da CPCJ de Nelas. Neste momento temos presente na Mesa a atual Senhora Presidente. Não sei se quer dizer alguma coisa sobre este Relatório, ou se nos resumimos àquilo que nos foi enviado.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara e Presidente da CPCJ de Nelas, Dr.ª Sofia Relvas Marques:

- Senhor Presidente

Pois é o Relatório da informação que é devida apresentar. De facto, encontra-se na Mesa a atual Presidente da Comissão. Muito obrigada por essa referência. Um desafio que espero cumprir com igual rigor e entrega que a anterior Presidente a quem cumprimento e a quem felicito pelo trabalho realizado, cujo relatório atesta isso mesmo, não só dela, mas de toda a equipa que, ao longo do mandato a ajudou a levar a bom porto muitas situações que todos nós não gostaríamos, sequer, de conhecer. Portanto, este é um cumprimento de um dever que deve ser tratado com enorme sigilo, com enorme respeito, e sem qualquer holofote à equipa desta Comissão.

Tranquilizar a Assembleia e todos os Municípios que, mesmo por parte da Comissão Regional, todo o processo de formação/capacitação dos Técnicos está a ser dado seguimento. Neste momento, a Comissão Alargada e Restrita está devidamente constituída,

Temos Elementos novos na Comissão. Temos outras propostas de participação para dar corpo a uma diversidade da competência técnica para acompanhar os casos que hoje estão na Comissão.

Tranquilizar também o Concelho de que, felizmente, não é a CPCJ de Nelas uma das Comissões da Região Centro que mais preocupa em números de casos que acompanhamos, felizmente. Seja como for, enquanto existir um que seja isso é motivo de preocupação do nosso lado, é motivo de enorme responsabilidade.

Portanto, o Relatório que hoje aqui está apresentado atesta um período que já terminou, 2017. Todos os casos que transitaram estão devidamente acompanhados pelos novos comissários, no caso em que houve renovação de comissários nos processos devidos.

E, reafirmo, de facto, os meus parabéns e agradecimentos à anterior Presidente e à equipa que lhe coube coordenar durante o período do mandato que exerceu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigada Senhora Presidente da CPCJ. É nestes termos que estava agora a usar da palavra. E, pergunto se, mais alguém quer usar da palavra neste ponto?

Ora, se não, foi dado conhecimento com os esclarecimentos da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal e atual Presidente da CPCJ.

Passamos ao ponto 2.12, que foi introduzido por autorização desta Assembleia, que é - Eleição de Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho para o Conselho Municipal de Educação.

Eu, como habitualmente, pedia aos Senhores Presidentes de Junta que se reunissem rapidamente e que nos indicassem um nome.

Os Senhores Presidentes de Junta reunidos propuseram o nome do Senhor Presidente da Junta de Nelas, João Miguel Guerra Cabral Neves, para ser representante dos Presidentes de Junta no Conselho Municipal de Educação.

Eu vou pôr apenas a proposta à ratificação e não à votação. Portanto, pergunto: Quem ratifica a proposta, ou a eleição, feita pelos Senhores Presidentes de Junta? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.12 - Eleição de Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho para o Conselho Municipal de Educação, foi posto à votação, tendo sido eleito o Senhor João Miguel Guerra Cabral Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Terminado o Período da Ordem do Dia, declaro esta Assembleia aberta ao Público. Pergunto, se alguém quer usar da palavra? Os Senhores Arlindo Duarte e José Abrantes.

Senhor Arlindo faça favor de usar da palavra. Só dizer-lhe que tem 5 minutos.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Restante Público,
Boa noite a todos.

Tinha duas questões só, ou duas sugestões, mas só vou falar numa porque a outra já foi falada aqui e muito bem, por uma Deputada, pela Dr.^a Teresa, se não me engano, que era a estrada da morte n.º 234.

A segunda questão era o seguinte e aqui peço desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia. Eu vou focar uma coisa aqui, mas não é nada especial, aliás é especial, mas não é.

Foi aprovado aqui uma moção de louvor e muito bem, ao nosso Atleta, que toda a gente sabe quem é. Aproveitava esta deixa também, embora a própria Câmara Municipal já fez o seu dever, entre aspas, já foi apresentada na reunião da Câmara, inclusivamente ofereceu uma medalha aos dois Atletas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E esse Atleta que eu estou a falar é um Campeão Europeu, é um Campeão Mundial, é um Recordista Europeu, é um Recordista Mundial, que é o nosso Cristiano Pereira. Ele não é de Nelas, mas é do nosso Concelho e merece o mesmo Louvor que merece o Coelho.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Arlindo. É uma informação Senhor Deputado? Sim, então faça favor Senhor Deputado Sousa

O Senhor Deputado António Sousa:

- É uma informação porque nem todos os Membros desta Assembleia estiveram na anterior Assembleia (2013/2017). Esse Voto de Louvor já foi aprovado pela Assembleia Municipal de Nelas numa sessão da Assembleia anterior. Já tem um Voto de Louvor.

O Senhor José Armando de Loureiro Abrantes:

- Boa noite a todos e a todas.

Eu venho aqui apresentar uma Petição que eu passo a ler:

Com vista a uma maior aproximação entre os órgãos políticos e os cidadãos, pela transparência e para uma melhor divulgação do trabalho efetuado na Assembleia Municipal, propomos que as sessões da Assembleia Municipal de Nelas sejam transmitidas em direto (em suporte vídeo/áudio) com a sua disponibilização para consulta.

Apesar de serem abertas e públicas, há muitas pessoas que, por várias razões (estarem longe, dificuldades de mobilidade, etc.), não podem assistir às sessões da Assembleia Municipal.

Um cidadão mais informado é um cidadão mais participativo. Com mais pessoas a quererem ajudar na coisa pública e nas decisões que dizem respeito a todos nós, certamente surgirão mais sugestões, ideias e soluções para os problemas.

Esta medida já é posta em prática em várias Assembleias Municipais, tendo como maior exemplo a Assembleia da República, tendo tido resultados positivos nos objetivos a que se propõe.

Pelas razões já expostas propomos também que a mesma medida seja recomendada à Câmara Municipal no âmbito das suas reuniões.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Esse assunto já foi trazido na reunião anterior e eu entendi que não seria legítima pois propõe uma alteração ao funcionamento da Assembleia, não prevista no Regimento nem na Lei 75/2013. Também considero que a Assembleia Municipal não dispõe de serviços técnicos capazes de fazer a transmissão vídeo/áudio das sessões.

A questão é esta, uma petição deste teor, que implica a alteração do Regimento, só poderá ser apresentada por um Membro da Assembleia.

Vou analisar a petição de acordo com a lei e, se necessário, agendarei a mesma para a próxima sessão da Assembleia.

(Alguém falou longe do microfone e não ficou gravado)

O Senhor Presidente da Assembleia:

Quanto ao caso dos votos de louvor, referido pelo Senhor Arlindo, o Senhor Deputado Sousa já esclareceu a situação. Não houve aqui nenhuma má vontade contra o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Atleta Cristiano Pereira, mas neste momento, estando em cima do Campeonato da Europa de Futsal, entendeu-se que era altura de homenagear o Atleta André Coelho, que fez parte da equipa vencedora.

Também, no ano passado, quando o Atleta Cristiano Pereira ganhou o Campeonato do Mundo de Cross, foi homenageado nessa altura, pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal.

(Alguém falou longe do microfone e não ficou gravado)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Certo, mas isso já está proposto na Câmara, as medalhas, isso é outra coisa.

Não havendo mais ninguém inscrito, dou por terminada esta sessão da Assembleia Municipal.

Muito obrigado a todos e muito boa noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: